

1 **Ata 02/2022** – No dia dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, às oito horas e quinze
2 minutos, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
3 Adolescente (CMDCA), na de forma online, através da Plataforma Google Meet, para
4 **Reunião Extraordinária**, contando com a presença dos seguintes conselheiros/as GESTÃO
5 2021-2023: Rafael Vinicius Francisco Franco, Diselda Soares da Cunha, Chirlei Echhardt,
6 Maria Inês Borges Mânica, Ires Damian Scuzziato, Lineu Wutzke, Valéria Medeiros, Juliana
7 Alves Máximo, Carla Patrícia Radtke, Kaira Sikora, Jennifer Thays Chagas Teixeira, Tatiane
8 Finker Guzzo e Tatiane Vanilse Dreier. Registra-se a presença de Maria Zancanaro (Núcleo
9 Regional de Educação – NRE – SEED), Alan Junior Julio (Conselho Tutelar II), Delezir
10 Rocha (Conselho Tutelar I) e Rosiany Favareto (Secretária de Desenvolvimento Humano). A
11 Sra. Juliana cumprimenta a todos e apresenta a seguinte **PAUTA: a)** Deliberar pela Adesão
12 a Deliberação nº 80/2022 – CEDCA/PR que trata da implantação de parques acessíveis para
13 crianças e adolescentes. **b)** Deliberar pelo Plano de Trabalho referente a Deliberação nº
14 80/2022 – CEDCA/PR; **c)** Deliberar pela Recomposição das Comissões de Trabalho. **Item de**
15 **Pauta A - Deliberar pela Adesão a Deliberação nº 80/2022 – CEDCA/PR que trata da**
16 **implantação de parques acessíveis para crianças e adolescentes e Item de Pauta B -**
17 **Deliberar pelo Plano de Trabalho referente a Deliberação nº 80/2022 – CEDCA/PR:** A
18 Sra. Jennifer inicia sua fala dizendo que a deliberação em questão veio do CEDCA e se trata
19 de um recurso que veio para implantação de parques acessíveis para crianças com
20 deficiência. Ela traz que o valor total da deliberação é de dois milhões de reais transferido
21 aos municípios, sendo então, o valor de referência para cada município fixado em vinte e
22 dois mil setecentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos. A conselheira continua
23 explicando que, o valor dessa deliberação pode ser utilizado tanto para construção de um
24 parque novo quanto para implementar brinquedos acessíveis em parques que já existem no
25 município. A Sra. Jennifer diz que, em conversa interna na Secretaria de Desenvolvimento
26 Humano, que conta também com a coordenadoria de políticas para pessoa com deficiência e
27 diz que o diálogo é sobre implementar em um parque já existente, que nos próximos dias irão
28 verificar quais os locais que têm essa demanda, diz que a deliberação chegou no final de
29 dezembro e desde então tem estudado sua implementação, mas que ao longo do processo
30 surgiram dúvidas sobre o preenchimento do plano de trabalho no SIFF e foi solicitado
31 esclarecimentos. Então a Sra. Jennifer relata a resposta do CEDCA e mostra aos
32 Conselheiros a proposta que o mesmo envia com os brinquedos que podem ser instalados
33 nos parques acessíveis, sendo eles o Carrossel Gira-Gira, a Gangorra e o Balanço, diz
34 também que ainda não tem definido um local, mas que o plano de trabalho pode ser enviado

35 e definir o local posteriormente em conversa com o CMDCA. A Sra. Chirlei relata que
36 próximo a APAE existe a praça Chico Mendes, que as crianças da APAE utilizam muito a
37 praça, mas falta uma estrutura inclusiva, então ela comenta que para a APAE seria muito
38 importante esta instalação na praça pois, ela é utilizada todos os dias pelos alunos, que a
39 reivindicação é que este parque seja instalado próximo onde as crianças que realmente vão
40 usar estes equipamentos estão. A Sra. Tatiane diz que concorda com a Sra. Chirlei e diz que
41 sugere, enquanto mãe que frequenta muitos parquinhos, que considerem a instalação no
42 Parque Frei Alceu, pois este é muito frequentado, além disso a guarda municipal está
43 presente para garantir a segurança, os equipamentos estão muito bem cuidados e
44 preservados e a manutenção exige menos quando é nestes locais. A Sra. Ires diz que
45 gostaria de justificar que o CEDCA delibera pela ação e pelo valor, e costuma dar esse tipo
46 de inconsistência de documentação, que quem acompanha esta parte é o setor de
47 convênios, e todas as vezes que têm este tipo de deliberação alguma entidade ou município
48 apresenta o mesmo tipo de observação, mas essa parte não é de responsabilidade do
49 CEDCA, diz também que gostou das duas ideias e sugere para os Conselheiros
50 governamentais se seria possível o município fazer uma contrapartida e atender os dois
51 locais, ela disse que conhece bem o trabalho da APAE e quanto eles cuidam da Praça Chico
52 Mendes assim como entende que seria importante atender um outro local também. A Sra.
53 Karla relata que na frente da antiga Secretaria de Assistência Social haviam sido instalados
54 brinquedos acessíveis e sugere que, independentemente de qual local seja, seja realizado
55 um movimento com a população ao redor para conscientização de qual o propósito dos
56 brinquedos, porque elas viam muito o uso por pessoas que não tem deficiência e por
57 exemplo, no balanço, iam cinco ou seis crianças de cada vez e todos os brinquedos já
58 quebraram. Sugere então que seja feita uma avaliação da viabilidade de reutilização daquela
59 parte e levar ele para outro local, substituindo este por brinquedos convencionais, só então
60 ela acha que tem viabilidade a instalação em dois locais, e fazer esse trabalho com a
61 população na vizinhança de conscientização. A Sra. Jennifer diz que tem a compreensão de
62 que essa parte do SIFF não é de responsabilidade do CEDCA. A Sra. Rosiany complementa
63 dizendo que é conhecido que não é de responsabilidade do CEDCA, mas é preciso deixar
64 registrado porque este sistema do estado é muito ruim e precisa melhorar, com relação aos
65 brinquedos, ela diz que terão que analisar um orçamento, ela considera um valor baixo neste
66 incentivo, ela diz que conversou com o prefeito e com o secretário de infraestrutura pra
67 entender qual o espaço ideal e ainda é necessário fazer um levantamento. Com relação ao
68 local ela concorda que a Praça Chico Mendes é interessante, mas é preciso pensar em
69 maneiras de levar isso para todos os espaços pois, todos os lugares tem pessoas que

70 precisam de acessibilidade. Com relação a contrapartida, ela diz que não vê
71 necessariamente uma contrapartida com relação a este repasse, mas nada impede de um
72 percentual, por exemplo: a cada tantos parques, uma quantidade x de brinquedos acessíveis
73 e também não sabe quantos brinquedo será possível adquirir com esse valor, ou talvez com
74 uma licitação o valor diminua e isso também depende da Secretaria de Infraestrutura. A Sra.
75 Rosiany entende que os brinquedos na Vila Pioneira que estão estragados foram ação de
76 vândalos, mas que ela concorda com uma ação com a comunidade no sentido de eles se
77 apropriarem do espaço e que outras crianças também possam brincar, e é válido avaliar se
78 os brinquedos da pioneira têm viabilidade para aproveitar em outro espaço. A Sra. Maria Inês
79 diz que quer deixar registrado que o valor do repasse é muito baixo, que ela tem a impressão
80 que é mais um recurso político do que uma preocupação com a criança com deficiência, ela
81 também diz que devemos nos aproveitar da APAE pela experiência e pelo número de
82 crianças que ela atinge, inclusive para ampliação em outros locais, mas neste momento
83 como o recurso é muito baixo, ela entende que a praça Chico Mendes é o melhor local,
84 inclusive pelo trabalho educativo que a APAE faz e também pelo fato de atender crianças de
85 todo Município, não só crianças nos arredores da praça. A Sra. Jennifer sugere como
86 encaminhamento apenas deliberar pela adesão e o local definir em outro momento. A Sra.
87 Juliana diz que todas as colocações são importantes, e que sugere que o departamento de
88 infância em discussões futuras poderia trazer estes estudos de locais conforme foi
89 conversado e ela também diz que acha interessante a sugestão da Rosiany de pensar em
90 uma porcentagem e entende que é importante garantir que esse acesso seja para todas,
91 ainda com relação ao trabalho educativo, pode-se pensar em realizá-lo com o serviços que já
92 temos, nas escolas, unidade básica de saúde, serviços de convivência. A Sra. Rosiany
93 reforça que hoje a deliberação é sobre a adesão e o plano de trabalho e a questão de local é
94 algo que terá que ser analisado posteriormente com a Secretaria de Infraestrutura e
95 consultando quem faz o atendimento de pessoas com deficiência e aguardar o recurso vir
96 para avaliar estas questões. A Sra. Presidente coloca em deliberação estes dois pontos de
97 pauta, A e B e os Conselheiros votam favoráveis a adesão a deliberação 80/2022 e
98 favoráveis ao plano de trabalho. **Item de Pauta C - Deliberar pela Recomposição das**
99 **Comissões de Trabalho:** A presidente Juliana comenta que quem estava na última reunião,
100 este foi um tema de discussão, principalmente de haver as mesmas pessoas em muitas
101 comissões e outros Conselheiros que estão apenas representando as suas secretarias e não
102 estão em nenhuma comissão, então algumas pessoas ficam sobrecarregadas, como visto no
103 ano passado, algumas comissões ficam paradas, ela reforça o que foi falado no ano passado
104 e na última reunião que não é somente dar o nome, que o Conselheiro tem

105 responsabilidades de depois efetivamente participar. Ela diz também que claro que a
106 Coordenação pensará num cronograma, pode-se pensar num plano de trabalho. A Sra.
107 Heloísa sugere de passar Comissão por Comissão, cuidando para ser paritário, diz que
108 algumas pessoas já manifestaram interesse previamente. A Sra. Ires pergunta como vai
109 fazer com as secretarias que já informaram que haverá mudanças, a Sra. Juliana responde
110 que os Conselheiros que estão presentes vai ser colocado o nome, mas das secretarias que
111 haverá mudanças colocarão o nome da secretaria. Após algumas discussões fica
112 estabelecido Recomposição da Comissão Permanente Técnica, de Registro e Inscrição,
113 conforme segue: I – Representantes Governamentais: Carla Patrícia Radtke; Kaira Carla
114 Sikora; Pamela Ritter; II – Representantes Não- governamentais: Diselda Soares da Cunha;
115 Ires Damian Scuzziato; Maria Inês Borges Mânica. recomposição da Comissão Permanente
116 de Comunicação, Articulação e Divulgação, conforme segue: I – Representantes
117 Governamentais: Jennifer Thays Chagas Teixeira; Juliana Alves Máximo; Pamela Ritter II –
118 Representantes Não-governamentais: Monica Viviane de Ramos Battisti; Rafael Vinicius
119 Francisco Franco; Valéria Medeiros. recomposição da Comissão Permanente de Orçamento
120 e Fundo, conforme segue: I – Representantes Governamentais: Carla Patrícia Radtke;
121 Rodrigo Assufi Dallanol; Patricia Fabiane Schnorenberger. II – Representantes Não-
122 governamentais: Chirlei Echhardt; Edmara de Souza; Lineu Wutzke. Recomposição da
123 Comissão Especial para Revisão da Lei nº 2.043/2010 e Regimento Interno, conforme segue:
124 I – Representantes Governamentais: Juliana Alves Máximo; Kaira Carla Sikora; Tatiane
125 Vanilse Dreier. II – Representantes Não - governamentais: Chirlei Echhardt; Ires Damian
126 Scuzziato; Maria Inês Borges Mânica. recomposição da Comissão Ética, conforme segue: I –
127 Representantes Governamentais: Carla Patrícia Radtke; Ivan Junior Peron; Juliana Alves
128 Máximo. II – Representantes Não - governamentais: Chirlei Echhardt; Keila Mariano Bet;
129 Lineu Wutzke. A Sra. Heloísa relembra ainda que a Comissão do Processo Eleitoral já havia
130 sido recomposta como segue: Comissão Organizadora do Processo Eleitoral do Conselho
131 Tutelar, gestão 2024-2027, conforme segue: I – Representantes Governamentais: Carla
132 Patrícia Radtke; Jennifer Thays Chagas Teixeira; Juliana Alves Máximo; Tatiane Finkler
133 Guzzo; II – Representantes Não - governamentais: Ires Damian Scuzziato; Lineu Wutzke;
134 Maria Inês Borges Mânica; Valéria Medeiros. A Sra. Carla questiona se tem Conselheiros
135 sem Comissão e a Sra. Juliana diz que ainda há conselheiros sem comissão. A Sra. Heloísa
136 sugere que seja resolvido assim, por enquanto e posteriormente ela conversar com os
137 suplentes para ver se eles têm interesse em participar. A Sra. Carla comenta que, se há
138 conselheiros que não participam de reuniões e nem das comissões, talvez seja o caso de a
139 Secretaria repensar a indicação. A Sra. Maria Inês ainda comenta que acha interessante que

140 os suplentes participem de pelo menos uma comissão. A Sra. Ires sugere que as reuniões de
141 comissão sejam divulgadas no grupo convidado os demais conselheiros para participar,
142 mesmo como ouvinte, das reuniões de comissão, ela diz também que este ano a Comissão
143 Técnica e a Comissão do Processo Eleitoral terão muito trabalho e talvez solicitem ajuda de
144 outros Conselheiros A Sra. Heloísa relembra que este ano será necessária criar a Comissão
145 da eleição da nova gestão do conselho, diz também que o CMDCA tem uma cadeira no
146 Conselho de Segurança Alimentar e a representante Titular era a Sra. Samara e essa vaga
147 está em aberto, a Sra. Diselda sugere colocar a Tatiane Pauli, do HOESP e se compromete
148 a conversar com ela. A Sra. Jennifer comenta que na Bolsa Agente Cidadania era a Sra. Elis
149 e agora inclui-se a Sra. Kaira. A Sra. Maria Inês pede pra sair da Comissão de Trabalho
150 Infantil (PETI), que é da Administração, a Sra. Valéria se voluntaria para participar da
151 Comissão PETI. A Sra. Heloísa então, coloca em deliberação e a recomposição das
152 comissões de trabalho é aprovada. A Sra. Presidente agradece a presença de todos e dada
153 por vencida a pauta, encerra a reunião extraordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Jaina
154 Caroline Lunkes, encerro a presente ata, a qual será encaminhada por e-mail aos
155 conselheiros/as, para apontamentos de eventuais retificações, e na próxima reunião ordinária
156 deste conselho a ata será aprovada e assinada pelos presentes.